



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Quando a periferia entra em cena: movimentos sociais e a questão urbana na região metropolitana de São Paulo 2000-2018

Carina Serra Amancio

Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP e BrCidades

Sessão Temática ST-08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. O presente artigo se propõe a contribuir para a investigação das características dos movimentos sociais surgidos entre os anos 2000 – 2018 na região metropolitana de São Paulo. Em contexto de grande mudança econômica, social e política, nacional e internacional, os movimentos sociais ligados às pautas progressistas, inseridos na chamada “periferia” urbana, têm protagonizado parte das expressões mais contundentes desse novo ciclo social, político e urbano. Destacam-se os diversos levantes que ocuparam as ruas de todo o Brasil com reivindicações pelo direito à cidade. O estudo desses movimentos sociais surgidos a partir do século XXI foi desenvolvido tomando como referência o trabalho de Eder Sader (1970-1980). Buscou-se compreender as transformações nas condições de vida urbanas no período levantado e sua relação com as matrizes discursivas que buscam representá-las e orientar a ação política dos movimentos estudados. Em particular, foi analisado o conceito de periferia. Embora historicamente se encontre associado à carência de infraestrutura, no novo contexto, percebeu-se que passa a descrever a falência de um projeto desenvolvimentista e de integração nacional e a ser reivindicado enquanto “potência” pelos novos movimentos. A pesquisa se deu por meio de bibliografia e entrevistas, e revelou a centralidade da pauta urbana nas reivindicações atuais.

Palavras-chave: movimentos sociais; periferia; questão urbana; transformação social.

When the periphery enters the scene: social movements and the urban issue in the metropolitan region of São Paulo 2000-2018

Abstract. This article proposes to contribute to the investigation of the characteristics of social movements that emerged between the years 2000 - 2018 in the metropolitan region of São Paulo. In a context of great national and international economic, social and political change, social movements linked to progressive agendas, inserted in the so-called urban “periphery”, have been protagonists of the most forceful expressions of this new social, political and urban cycle. Of note are the various uprisings that took to the streets all over Brazil with claims for the right to the city. The study of these social movements that emerged in the 21st century was developed taking the work of Eder Sader (1970-1980) as a reference. We sought to understand the changes in urban living conditions in the surveyed period and their relationship with the discursive matrices that seek to represent them and guide the political action of the studied movements. In particular, the concept of periphery was analyzed. Although historically associated with the lack of infrastructure, in the new context, it was perceived that it started to describe the failure of a developmental and national integration project and to be claimed as a “power” by the new movements. The research was carried out through bibliography and interviews, and revealed the centrality of the urban agenda in current demands.

Keywords: social movements; periphery; urban issue; social transformation.

Cuando la periferia entra en escena: los movimientos sociales y la cuestión urbana en la región metropolitana de São Paulo 2000-2018

Resumen. Este artículo se propone contribuir a la investigación de las características de los movimientos sociales que surgieron entre los años 2000 - 2018 en la región metropolitana de São Paulo. En un contexto de gran cambio económico, social y político nacional e internacional, los movimientos sociales vinculados a agendas progresistas, insertos en la llamada “periferia” urbana, han sido protagonistas de las expresiones más contundentes de este nuevo ciclo social, político y urbano. Se destacan los diversos levantamientos que tomaron las calles de todo Brasil con reclamos por el derecho a la ciudad. El estudio de estos movimientos sociales surgidos en el siglo XXI se desarrolló tomando como referencia la obra de Eder Sader (1970-1980). Buscamos comprender los cambios en las condiciones de vida urbana en el período investigado y su relación con las matrices discursivas que buscan representarlos y orientar la acción política de los movimientos estudiados. En particular, se analizó el concepto de periferia. Aunque históricamente asociado a la falta de infraestructura, en el nuevo contexto se percibía que pasaba a calificar el fracaso de un proyecto de desarrollo e integración nacional ya ser reivindicado como “potencia” por los nuevos movimientos. La investigación se realizó a través de bibliografía y entrevistas, y reveló la centralidad de la agenda urbana en las demandas actuales.

Palabras clave: movimientos sociales; periferia; cuestión urbana; transformación social.

1. Apresentação

A toupeira é um pequeno mamífero de corpo cilíndrico, olhos pequenos e grandes garras nos membros anteriores, que vive debaixo do solo. O animal nunca fica parado porque cava túneis e, vez por outra, mostra sua cabeça na superfície. Seu trabalho subterrâneo e quilométrico, e, sobretudo, com seus aparecimentos imprevisíveis, foi provavelmente o que fez Karl Marx¹ escolher a citação de Shakespeare desse simpático bicho para simbolizar a Revolução: “belo buraco, velha toupeira. Você trabalha tão depressa no interior da terra! É uma notável sabotadora”.²

Frágil e míope, a toupeira cava seus túneis com paciência e persistência, e, quando se retira do subterrâneo, o faz somente para poder cavar ainda mais fundo, sem nunca retomar o caminho já percorrido. A figura da “velha toupeira” também foi retomada pelo sociólogo brasileiro Emir Sader, que, na ocasião, sublinhou: “quando não se deixa ver, não é porque desapareceu, mas porque simplesmente se torna invisível. A toupeira sempre está cavando”.³

*

A partir do texto de Carlos Vainer presente na coletânea “Cidades Rebeldes”, dedicada às jornadas de junho de 2013, nos deparamos com a metáfora da “velha toupeira”.⁴ Vainer afirma que o pequeno mamífero parecia, enfim, mostrar a cabeça sobre o solo da história brasileira: “promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios”.

De partida, é possível afirmar que esta pesquisa não pretende estudar os sentidos da Revolução, muito menos considerar que as mobilizações sociais dos anos recentes são, efetivamente, parte de um projeto revolucionário em andamento. Ainda assim, ao nos debruçarmos sobre o artigo de Vainer novamente, pudemos identificar que esse estudo nasceu de uma percepção de que junho de 2013 poderia, sim, significar um aceno da “velha toupeira”.

Para o desenvolvimento deste artigo, utilizamos a dissertação de mestrado protocolada no fim de 2022 pela autora. Assim, para compreender os movimentos sociais surgidos após os anos 2000, nos dedicamos a estudar e levantar bibliografias que analisassem os levantes das décadas de 1970 e 1980 da metrópole de São Paulo, visto a incidência que tiveram sobre a luta social brasileira. Optamos por nos respaldar no trabalho de Eder Sader, em sua pesquisa “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande

São Paulo: 1970-80”, para investigar as características desses movimentos, bem como me familiarizar com as metodologias de investigação.

Paralelamente ao trabalho acadêmico, fomos levados a viver uma densa experiência fora da universidade: a construção da rede BrCidades, que se propôs a repensar as cidades brasileiras. Por meio dessa experiência participamos de debates, fóruns nacionais e regionais, produção de documentos, artigos para jornais e revistas, cursos de formação popular, além do acompanhamento de 17 núcleos estaduais nas várias regiões do Brasil, o que foi de grande relevância e nos permitiu ter um panorama do estado da arte das lutas sociais em escala nacional. Sobretudo, a própria formação da rede nacional auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa. Isto porque ela nasceu em um período em que lideranças, técnicos, acadêmicos e diversos outros sujeitos sociais engajados na luta social buscavam saídas para a derrota das forças progressistas no Brasil, com o golpe de 2016 e as eleições de 2018, mas também no mundo com o avanço do neoliberalismo.⁵

No segundo ano de criação da BrCidades criamos a primeira série de podcasts da rede. Através de contatos com algumas lideranças populares, resultante do trabalho coletivo com diversas entidades, movimentos sociais e universidades, o Podcast rendeu, inicialmente, mais de 20 entrevistas e 11 episódios.

A partir dos depoimentos, colhidos sem roteiro pré estabelecido, com perguntas diferentes a depender do entrevistado, procuramos captar os significados presentes nas experiências de vida urbana dessas lideranças, bem como levantar tanto as bandeiras que reivindicam, quanto suas perspectivas sobre as transformações urbanas recentes sobre as condições de vida. Através dos depoimentos coletados e da pesquisa de campo, percebemos que grande parcela dos sujeitos que vinham ganhando corpo e visibilidade após os anos 2000 na região metropolitana de São Paulo, e que protagonizaram parcela considerável dos levantes das jornadas de junho de 2013 e em torno da Copa do Mundo e das Olimpíadas, traziam consigo reivindicações urbanas através da identidade, sejam elas raciais, de gênero, além de manifestações no plano da cultura ou da juventude. Desta forma, buscamos compreender o contexto em que esses sujeitos estavam inseridos.

As questões centrais começaram com a interrogação sobre as formas com que os movimentos sociais urbanos vêm construindo seus espaços políticos nas cidades, em um momento em que a perspectiva de uma transformação social parecia ter perdido força. O contexto recente incidu no exercício de reivindicação social, seja no desmanche ou no surgimento de novas mobilizações? Como a questão urbana aparece nas bandeiras dos movimentos sociais estudados?

Optamos por seguir uma metodologia semelhante à de Eder Sader. Dividimos o artigo em três partes: 1) breve reconstituição, através do trabalho do autor, das características dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, a fim de compreender as implicações dessa herança histórica nos levantes atuais e os métodos empregados pelo autor para analisá-las; 2) o levantamento de um panorama abrangente das condições de vida entre os anos 2000 - 2018, para compreender as experiências da condição da classe trabalhadora na Grande São Paulo; 3) a investigação dos discursos elaborados por esses sujeitos inseridos na luta social, a fim de compreender os significados sobre o urbano em suas reivindicações.

Ainda assim, para este artigo, elegemos parte da pesquisa de dissertação que explicasse, de forma geral e breve, as condições de vida urbana recentes da classe trabalhadora. Para tanto, nos respaldamos, principalmente, nos aspectos e diagnósticos nacionais, sem levantar as especificidades locais da região metropolitana de São Paulo, como foi feito anteriormente na dissertação.

Por fim, os levantes que tomaram as ruas em 2013, ainda que não sejam o objeto deste artigo, evidenciaram que a toupeira seguia viva e acenava para entrar em cena. Nos propomos a

examinar os movimentos sociais que surgiram depois da virada do século XXI, não para dirigir meu olhar sobre suas particularidades e trajetórias, mas para compreender as condições em que estes estavam sendo gestados. A “velha toupeira”, que parecia invisível na arena política, vem trabalhando sob o solo urbano e mostrou, em junho de 2013 e em diversas outras ocasiões, que se preparava para sair da toca e reivindicar o direito à cidade. A partir disso, nos propomos a identificar as características inscritas nesses movimentos sociais surgidos entre os anos 2000-2018 e suas imbricações com as transformações urbanas.

2. O ponto de partida:

uma reconstituição dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por expressivas mobilizações sociais que lançaram na arena política novos personagens. As configurações desses movimentos sociais, desde então, foram tema de diversos trabalhos. Alguns dos quais as avaliam com entusiasmo, enquanto outros apontam suas críticas. Essas críticas, em geral, foram estimuladas pela posterior incorporação dos sujeitos políticos dessas mobilizações nas instituições, e o concomitante esvaziamento de suas ações políticas nos territórios. Não é uma tarefa simples diagnosticar se o resultado dessas efervescências sociais foi bem sucedido ou não. O que nos interessa é levantar as características que fizeram dessas mobilizações sociais paradigmáticas para os estudos sociais e urbanos, bem como as características que traçaram um novo sujeito político, com particularidades discursivas e práticas renovadas que deram base para sua projeção na cena pública.

Através do trabalho de Eder Sader⁶, nos foi possível levantar as particularidades das mobilizações das décadas de 1970 e 1980 que permitiram caracterizar o sujeito social da época como “novo”.⁷ Quando os movimentos sociais daquele período foram categorizados como “novos”, não era apenas uma demarcação de novidades nas formas de ação ou organização, ou nas metodologias próprias de elencar lideranças partidárias, mas também na capacidade de influenciar a opinião pública e criação de novos espaços de exercício na política. Espaços onde, naquele momento, a política institucional ainda não circulava: os da experiência do cotidiano popular. Os levantes foram capazes de convergir diferentes discursos, que se originaram em locais distintos, em uma mesma arena política, criando condições para o exercício da democracia. Sader identificou uma nova configuração de classe, expressando uma tendência de transformação do espaço político.

As décadas de 1970 e 1980 trouxeram transformações urbanas e sociais profundas.⁸ O aumento exponencial da industrialização nos anos anteriores mudou a paisagem urbana e intensificou a ideologia do progresso; o crescente aumento do perímetro urbano e da segregação territorial aumentou as distâncias entre casa e trabalho e consolidou o processo de autoconstrução de moradias; o aumento da migração aprofundou as diferenças culturais entre o meio rural e urbano; o consumo individual aumentou; surgiram novas formas de exploração, em empregos informais ou sub remunerados e na falta de suporte do Estado sob os bens de consumo coletivo; também o desemprego era parte do cotidiano da classe proletária⁹. Ainda que o cenário adverso daquele período pudesse ter resultado num conformismo coletivo, os movimentos sociais foram capazes de reelaborar os significados sociais e as estruturas de desigualdades contidas em cada situação, possibilitando alcançar a instância de resistência da cultura popular.¹⁰

Nas lutas sociais, os sujeitos inseridos se expressam de acordo com concepções culturais particulares, dadas pelo momento histórico e local onde vivem, e pelas experiências vividas. Nesse sentido, os discursos desses sujeitos são elaborados por percepções que muitas vezes desordenam as noções do que é privado e público, do que é realidade e representação, sendo difícil de identificar suas diferenças.¹¹ As palavras se tornam mecanismo de disputa de

interpretações, trazendo significados que representam valores discursivos nas lutas sociais. Sader utiliza o conceito “matriz discursiva”, que seria um modo de abordagem da realidade, cuja relação entre o sujeito e o meio estabelece novas percepções da realidade do cotidiano, termo que se verá muito presente ao decorrer da pesquisa.¹²

Em busca de compreender os novos significados dos discursos dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, bem como sua dimensão de luta política, Sader identifica três frentes de elaboração discursiva, “desiguais em consistência interna e incidência social”¹³: as comunidades de base, a esquerda desarticulada e o “novo sindicalismo”. As três esferas de organização social levantadas pelo autor deram base para uma abordagem política do cotidiano e de produção de projetos de ruptura. A maneira que os sujeitos inseridos nessas organizações abordaram a realidade conduziu a novas formulações de seus discursos, abordando noções não só da desigualdade social vivida na esfera particular, mas também de sua relação com o meio e com as reproduções históricas de desigualdade social e urbana.

Os discursos que surgiram eram de forte oposição ao Estado, visto que as experiências de autoritarismo do regime militar resultaram numa profunda desconfiança em relação à toda a esfera da institucionalidade. Os movimentos daquelas décadas passaram a se empenhar em manter uma autonomia, cultivando a auto-organização e o repúdio à forma institucional da prática política até então vigente. No entanto, a promessa de uma radical renovação da vida política foi desmontada, na medida em que os sujeitos políticos inseridos nessas lutas sociais foram absorvidos nas instituições ao final da década de 1980 e início de 1990. Vale ressaltar que isso foi resultado de processos internos e externos, devido ao avanço do neoliberalismo.

Tão logo a redemocratização foi conquistada, nas palavras de Sader, “o que era promessa tornou-se história”. A reivindicação de construção de um espaço público além do sistema de representação política, a partir das questões da vida do cotidiano urbano, foi posta de lado e substituída pela incorporação das lideranças sociais dentro da máquina pública. Nesse sentido, pudemos identificar que o projeto político gestado pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 não foi bem sucedido após o período democrático, quando analisamos a elaboração de um projeto de transformação social.

Ainda assim, observamos que as promessas levantadas por esses movimentos geraram um elemento de vida política que vem sendo atualizado nos dias atuais. Em grande medida, vimos que parte dos sujeitos políticos nos anos recentes são filhos de militantes que atuavam nos movimentos de bairro daquelas décadas. A herança das lutas por direitos, pelas melhorias nas denominadas “periferias”, ficou inscrita na memória desses sujeitos que cresceram na metrópole paulista. Os sujeitos que protagonizaram a arena política daquelas décadas, mesmo que tenham se deslocado para o plano institucional, deram base para a formulação política dos movimentos sociais surgidos após a virada do século, objeto de nosso estudo.

3. O Brasil do futuro que afinal chegou

“Se deixou de entender o povão, já era. Se nós somos o Partido dos Trabalhadores, o partido do povo, nós temos que entender o que o povo quer”, exclamou o rapper Mano Brown dirigindo-se à multidão que assistia ao comício em apoio ao candidato à presidência Fernando Haddad, no centro do Rio de Janeiro, na noite de 23 de Outubro de 2018.¹⁴ O rapper referia-se ao que muitos teóricos brasileiros também pontuavam como um indicativo da transformação organizativa petista: o diagnóstico de que o PT e algumas lideranças sociais das décadas de 1970 e 1980 estavam afastados das bases populares e apoiados nas instituições.¹⁵ Poucos dias após o comício em apoio ao candidato petista, a derrota das forças progressistas se concretizou com a eleição do candidato de oposição, Jair Bolsonaro.

A eleição de Jair Bolsonaro simbolizou a vitória de uma agenda conservadora, respaldada em discursos contra os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ e em campanhas “contra a corrupção” e “a favor da família”. Não nos deteremos aqui em uma leitura sobre a direita e a extrema direita, mas buscaremos compreender as mudanças entre a esperada transformação social do final da década de 1970 e o desmanche¹⁶ dos movimentos sociais dentro da arena política nos anos recentes. Passado o último ciclo democrático, até o ano de 2016, o que restou na arena política dos movimentos periféricos urbanos? Quais características econômicas, sociais e, sobretudo, urbanas, podem explicar as bandeiras dos movimentos sociais surgidos após a virada do século? Ou ainda, o contexto recente incidiu no exercício de reivindicação social, seja no desmanche ou no surgimento de novas mobilizações?

As confrontações só são possíveis de ser entendidas depois de reconstituirmos e combinarmos as contradições do denominado *lulismo*¹⁷ com as condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Primeiro porque as particularidades do contexto social e político recente, amparados nas políticas públicas do governo federal, geraram transformações urbanas e sociais significativas. Segundo porque essas mudanças impactaram diretamente as condições de vida e a cultura popular. A partir de levantamento e análise bibliográfica, identificamos que nos primeiros anos dos anos 2000 foram implementadas políticas de redução da desigualdade pelo governo federal, capazes de diminuir consideravelmente o quadro de extrema pobreza brasileiro, mas que não desenvolveram um projeto de transformação social estrutural. Esse cenário, combinado com as políticas urbanas implementadas que não reverteram, e frequentemente acentuaram, a segregação socioespacial, gerou ambiguidades na elaboração política dos sujeitos inseridos nas cidades. De um lado, as políticas econômicas e sociais, principalmente no que diz respeito às educacionais, possibilitaram a construção de uma vida mais politizada, principalmente, entre jovens. De outro, o avanço do ideário neoliberal e do individualismo, que se acentuaram ao longo dos anos, produziram a despolitização desses sujeitos ou a sua captura por outros campos do espectro político, como a extrema direita. Em todo caso, esse quadro evidenciou a regressão das condições de vida urbana e sua relação com o surgimento de movimentos sociais recentes.

3.1 Uma breve apresentação sobre o “lulismo”

A partir da leitura de André Singer, o *lulismo*, embora tenha sido gerado a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não representa apenas a gestão do ex-presidente, mas um modelo político caracterizado pelo apaziguamento das classes, “um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida”.¹⁸ O caminho de conciliação, costurado com a manutenção da política econômica de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e as políticas de redistribuição do governo Lula, produziram diversas contradições e insatisfações, dentro e fora do campo político progressista.¹⁹

O cientista político André Singer, ao batizar o termo “lulismo”, caracteriza os diversos programas sociais e econômicos implementados durante os anos de 2003 e 2016 como “reformismo fraco”, visto que as políticas voltadas para redução da desigualdade, ainda que tenham diminuído consideravelmente o quadro de extrema pobreza brasileiro, não foram capazes de transformações radicais, nem de sua superação. O lulismo seria um governo apoiado na política do “ganha-ganha”. Ou seja, ganha a classe trabalhadora que ingressa no mercado de trabalho, virando consumidor, ganha a burguesia que lucra comercialmente, e ganha o capital financeiro, que mantém sua parte do orçamento para quitação da dívida pública. Essa “arbitragem” entre capital e trabalho, ainda de acordo com Singer, empurrou o conflito da luta de classes para o fundo da cena. Da mesma maneira em que as políticas econômicas e sociais abriram caminhos para a construção de uma vida mais politizada, dando espaço para a elaboração de resistência nas periferias, também produziram a despolitização do sujeito, enredados pela lógica mercadológica e do individualismo.

Do ponto de vista da política urbana e habitacional, a retomada de investimentos sociais em nível federal e em larga escala, não garantiu melhoria das condições de vida urbana para a classe trabalhadora.²⁰ O projeto desenvolvimentista, praticado principalmente após a crise mundial de 2008, resultou na elaboração de massivos investimentos públicos nos programas PAC e MCMV, com obras que, em grande medida, ficaram à cargo de grandes empreiteiras e resultaram na chamada “dispersão urbanística”. É possível ainda dizermos que os carros chefes do projeto desenvolvimentista foram a construção civil e a indústria automobilística,²¹ com forte efeito nas condições de vida urbana e na produção do espaço. Esses investimentos impactaram diretamente no processo da reprodução da força de trabalho, tendo em vista que o maior aumento na renda do trabalho se deu nas ocupações de baixa remuneração - de 1,5 salários mínimos -, muito vinculadas ao mercado de construção.²²

No entanto, são as políticas sociais e as políticas urbanas que incidem diretamente na reprodução social da classe trabalhadora. Transporte coletivo, equipamentos sociais, infraestrutura, saneamento, habitação, educação e saúde são necessidades que continuam como questões cruciais da luta social no mundo todo. E os seus impactos agem diretamente na taxa de salário, pois constituem o salário indireto. Os altos preços da habitação e do transporte público, por exemplo, não são absorvidos pelo salário real, forçando para baixo o preço da oferta de trabalho, como afirma Francisco de Oliveira.²³ Nessa balança, o Estado tem papel cada vez mais importante na produção do espaço urbano, pois é dele o controle do fundo público para investimentos e sua regulamentação. Há, portanto, um impacto relevante da política urbana nacional das últimas décadas sobre as periferias urbanas.

3. 2. As políticas urbanas e de habitação e seus impactos nas condições de vida 2003-2018

Para compreendermos o contexto e os impactos das políticas urbanas e de habitação após os anos 2000, resgataremos, sobretudo, algumas leituras elaboradas por pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV), criado em 2009, foram caracterizados pela retomada massiva de investimentos em infraestrutura urbana, que haviam estagnado na década de 1980. De acordo com a pesquisa elaborada por Ermínia Maricato e Luciana Royer, no texto “A política urbana e de habitação”, a atuação do PAC foi estruturada em três diferentes eixos: infraestrutura logística (investimentos voltados para ferrovias, portos, rodovias, hidrovias e aeroportos), infraestrutura energética (a geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, refino, gás natural, petroquímica, revitalização da indústria naval e combustíveis renováveis), e por fim, infraestrutura social e urbana (Luz para Todos, metrô, recursos hídricos, saneamento e habitação).²⁴ Vale ressaltar que, ainda de acordo com as autoras, o PAC 1, entre os anos 2007 e 2012, as ações de desenvolvimento urbano vinculadas à urbanização de favelas, tiveram resultados “significativos em todo o território nacional”.²⁵

Para a execução do programa, os recursos alocados vieram de fontes já habituais, como o FGTS.²⁶ A realocação orçamentária só foi feita em programas de larga escala, com a utilização de recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). No PMCMV a situação foi a mesma, mas com uma diferença significativa: “teve forte influência do mercado em seu desenho, obedecendo a uma padronização excessiva e trazendo de volta formas de ação que estavam presentes no BNH”.²⁷ Os programas passaram a ter tratamento generalizado, ignorando as especificidades locais, conforme abordaremos a seguir.

Em um país marcado pela autoconstrução, com significativa parte da população fora do mercado formal de habitação, o PAC cumpriu um importante papel nos projetos de urbanização de favelas em todo o país. Conforme a leitura de Caio Santo Amore e Karina Leitão, a partir da

criação do programa, os recursos federais destinados à urbanização de favelas “somaram 82% do total de investimento, enquanto o período de 1995-2006, totalizaram apenas 18% do que já foi investido no país em assentamentos precários (análise para o período 1995-2014)”.²⁸ Ainda que o montante investido representasse um valor histórico, é importante ressaltarmos que o setor de Urbanizações de Assentamentos Precários, o PAC-UAP, seguiu as tendências dos investimentos nos setores de saneamento e habitação do início da gestão federal de 2003.²⁹ Em 2014, houve uma estagnação de investimentos voltados à urbanização de assentamentos, tendo no mesmo ano suas contratações encerradas.

No que diz respeito ao PMCMV, os valores contratados evidenciaram a priorização da construção de novas habitações para a população de maior renda, fenômeno que se acentuou após 2016; no ano de criação do programa, R\$10,16 Bilhões do valor contratado estavam destinados para a Faixa 1, R\$11,01 Bilhões para a Faixa 2, e menos de R\$5 Bilhões para a Faixa 3, em um montante total de R\$269 Bilhões.³⁰ Já no ano de 2016, o valor da Faixa 1 caiu para R\$1,51 Bilhões, enquanto o da Faixa 2 subiu para R\$35,89 Bilhões, com o total de R\$47, 28 Bilhões.³¹

Ainda assim, o PMCMV trouxe investimentos maciços. O programa chegou a produzir cerca de 5 milhões de unidades entre seu lançamento e o ano de 2018. Entretanto, por não conseguir equacionar o manejo fundiário a cargo dos municípios, resultando em grande liberalidade da iniciativa privada na escolha dos terrenos, a formulação de projetos e execução das obras acabaram por reproduzir a urbanização dispersa e segregadora, que lança as camadas populares para as franjas urbanas.³² O mercado fundiário explodiu, influenciando os preços imobiliários, de tal modo que os valores de venda subiram de duas a três vezes mais do que a inflação média no período.³³ O pesquisador Paolo Colosso denominou tais processos como “desenvolvimentismo anti-urbano”.³⁴

Os resultados no cotidiano urbano não foram poucos. Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), houve uma queda nas condições de mobilidade nas cidades brasileiras. Em São Paulo, no ano de 2012, a velocidade média dos automóveis, entre 17h e 20h, foi de 7,6 km/h, o que quase corresponde à velocidade a pé. Em 2016, o tempo de deslocamento diário médio também foi alarmante, chegando a 2h53 - fenômeno em grande parte causado pela hegemonia dos transportes motorizados individuais.³⁵ A política de desoneração fiscal para a compra de automóveis em 2012 também teve sua responsabilidade, potencializando a preferência da população por veículos privados.

Já no Rio de Janeiro, os megaeventos de 2014 e 2016 - Copa e Jogos Olímpicos-³⁶, resultaram em grandes investimentos públicos de infraestrutura que impactaram diretamente a estrutura urbana. De acordo com o economista e sociólogo Carlos Vainer, o reflexo foi rápido; os preços dos imóveis aumentaram 190% no período entre 2009 e 2013.³⁷ Em contrapartida, o processo de contenção do déficit habitacional e do aumento da pobreza ficaram a cargo do Programa Minha Casa Minha Vida (PCMV), cujo impacto promoveu uma expansão sem precedentes da malha urbana. Maricato e Royer apontam que as comunidades inseridas nos quadrantes desses megaeventos foram afetadas diretamente, sendo obrigadas a se locomoverem para os conjuntos habitacionais excluídos das áreas centrais metropolitanas: mais de 40 mil pessoas foram removidas de suas casas, e realocadas para as franjas urbanas.³⁸

Ainda que a questão fundiária seja de competência constitucional dos municípios ou do governo do Estado - nos casos das regiões metropolitanas -, nenhuma instância federal retomou ou implementou as propostas da Reforma Urbana.³⁹ Maricato afirma:

“Em relação ao poder local, houve um retrocesso. O ‘modo petista de governar’ recuou. A centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram os investimentos (Villaça, 2012). Outros fatores como os interesses do mercado imobiliário, o interesse de empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de

grande visibilidade deram rumo para a aplicação dos recursos.” (MARICATO, Erminia, 2015, p. 40)

A alavancagem das obras urbanas teve impacto significativo no mundo do trabalho. Em grande medida porque grande parte da população que migrou da condição de pobreza para a base da pirâmide estava empregada na construção civil. A partir daqui, abordaremos as transformações no mundo do trabalho e do acesso à educação superior, para compreendermos as condições de organização que os movimentos sociais populares encontraram a partir da virada do século.

3.3. O mundo do trabalho e as políticas redistributivas

De acordo com o economista Marcio Pochmann, dos anos 2004 a 2010, a participação dos salários na renda nacional subiu 10,3%.⁴⁰ Isso se deu por conta da reestruturação produtiva, e o conseqüente crescimento econômico no começo dos anos 2000, após quase duas décadas de baixo crescimento.⁴¹ Nesse primeiro momento da gestão petista, houve uma melhora nas condições de vida na base da pirâmide social, um crescimento da renda per capita e uma valorização dos salários acima da média geral.⁴² Em grande medida, por conta do crescimento da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que aumentou, e da diminuição do grau de desigualdade na distribuição da renda, que reduziu em 10,7%.⁴³ O aumento na renda do trabalho se deu, no entanto, entre as ocupações de baixa remuneração, como o capital imobiliário. Entre os postos de salários de base (1,5 salários mínimos), a maioria se deu na faixa etária de 25 a 34 anos e 77,2% para a população dita “não-branca”.⁴⁴

Ainda que parcela considerável da força de trabalho tenha conseguido superar a condição de pobreza, Pochmann demonstra que essa classe social não pode ser considerada “classe média”. O autor verificou que o Brasil, na primeira década dos anos 2000, conseguiu reduzir o desemprego junto ao crescimento do emprego formal, mas com o trânsito da população pobre para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração.⁴⁵

Juntamente com a expansão de empregos de baixa remuneração, houve políticas de apoio à população que se encontrava na base da pirâmide social brasileira. Nesse momento estruturaram-se programas sociais importantes que deram base à transformações nas condições de vida dessas camadas sociais, como o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universitário para todos (ProUni), o Programa Luz para Todos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁴⁶. Esse fenômeno é denominado por Márcio Pochmann de “reforço das camadas que se encontram na base da pirâmide social”. A “extrema pobreza” diminuiu de 37,2% para 7,2%.⁴⁷

Também nesses anos o país assistiu a uma ampliação do acesso à educação, com aumento significativo nos recursos destinados à área da educação, com bolsas e isenções às universidades privadas e abertura de mais de 20 universidades públicas.⁴⁸ Em 2001, o número de universitários ingressantes no Brasil era de 1 milhão; em 2011, era de 2,3 milhões. A escolaridade transformou o perfil das classes trabalhadoras - especialmente nos estratos de menor renda - e a relação desta com o restante da sociedade.⁴⁹

Em contrapartida, a ampliação do acesso ao ensino superior desses jovens veio combinada com a “entrada subalterna no mercado de trabalho”.⁵⁰ Os jovens trabalhadores universitários que parte do dia trabalham e, em outra parte, estudam, encontraram na entrada no mercado de trabalho, mesmo que formal, baixo rendimento do salário indireto. Isto é, os custos do transporte, dos planos de saúde privados, da moradia e da educação (visto o aumento de ingressos em universidades privadas) não estavam incorporados no rendimento do salário dessa

camada da população jovem brasileira. Não à toa, a ampliação dos empregos de baixos salários, com perfil predominantemente jovem (25 a 34 anos), não branco, mais escolarizado e com tendência à terceirização teve efeito significativo no cenário das inquietações sociais urbanas recentes.⁵¹

Para o sociólogo Ruy Braga, o ciclo de formalização do trabalho recente gerou a "impressão de que a proteção social do trabalhador estaria avançando, quando, na realidade, uma nova onda de mercantilização do trabalho enraizava-se na base do modelo de desenvolvimento brasileiro".⁵² O autor cita ainda que essas transformações vieram combinadas com a substituição do trabalho formal por contratos comerciais e de terceirizações.⁵³ A transformação não foi exclusividade brasileira. As condições de trabalho se alteraram também no cenário internacional, com a construção do modelo de terceirização no "regime de acumulação pós-fordista e financeirizado".⁵⁴

O modelo pós-fordista apoiado na concentração de renda e na precarização do trabalho teve início nos anos 1990, quando as políticas de ajuste estrutural implementadas pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso triplicaram a taxa de desemprego aberto da população economicamente ativa (PEA).⁵⁵ A financeirização da economia, também nesses anos, promoveu a inserção do Brasil na mundialização capitalista através de elevadas taxas de juros, da independência do Banco Central e da política de flutuação cambial.⁵⁶ Somou-se a isso a diminuição significativa dos ganhos reais de produtividade brasileira, causado pela desindustrialização após os anos 1980 e o avanço do neoliberalismo nos anos 1990. Isto é, como mencionamos no início deste texto, o lulismo se configurou na ordem pós-desmanche.

Ricardo Antunes descreve o processo do "novo tipo de trabalho", a partir da década de 1990, como a

"intensificação da lean production, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, [...] em que empresas tradicionais, como a indústria têxtil, de calçados, automotiva etc., sob imposição da concorrência internacional, passaram a buscar, além de isenções fiscais, níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, combinados com uma força de trabalho sobrando, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada e fordizada e carente de qualquer trabalho."(ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia, 2019, . 293)

A transformação global do trabalho causou uma deterioração do trabalho contratado e regulamentado, até então dominante no século XX, e substituído pelo "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário" e "trabalho atípico".⁵⁷ Ou seja, ao mesmo tempo em que o lulismo aumentou o trabalho formal de baixos salários, houve um avanço global do neoliberalismo com a informalização do trabalho, precarização e rebaixamento salarial acentuado. Por isso é difícil sintetizar o que aconteceu.

4. Quando o urbano entra em cena: sobre o conceito de periferia e os novos personagens da luta social.

Nesta parte do artigo, nossa atenção se volta para aquilo que Sader nomeou de "matrizes discursivas". Isso porque, com as transformações das condições de vida recentes, as noções e significados sobre a cidade vem conquistando um espaço expressivo nas reivindicações políticas desses personagens, bem como transformando a própria percepção sobre as dinâmicas sociais estabelecidas na metrópole.

Dessa maneira, buscaremos identificar quais foram os conflitos mais presentes nos discursos desses sujeitos políticos e suas progressivas mudanças de significados, produzidos nos

enfrentamentos sociais e reivindicações. Mesmo que a cada situação do cotidiano exposta na bibliografia vigente, ou nos depoimentos coletados, a atenção se volte para diferentes problemáticas (seja da desigualdade territorial, do aumento da violência urbana e do racismo, da falta de infraestrutura urbana em bairros afastados do centro ou até da representatividade política desses sujeitos), foi possível identificar uma transformação discursiva em comum: o significado social instituído sobre a “periferia”.

O conceito de periferia passou a ser empregado nas décadas de 1970 e 1980 associado a conceito de desigualdade, de ausência de infraestrutura e de direitos sociais, marcas da desigualdade territorial estrutural brasileira. Com base na pesquisa de Pedro Arantes, “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970”, e nos livros “Crescimento e pobreza” e “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, durante aquele período houve uma inflexão em diversos campos do conhecimento que se preocupava em privilegiar o campo do urbano em suas formulações. Havia a intenção de caracterizar a emergência dos movimentos sociais e dos “novos” sujeitos políticos que entravam em cena, bem como de formular um campo teórico programático, a fim de orientar a ação institucional e das organizações da sociedade civil. A própria formulação teórica desenvolvida naquelas décadas procurava uma saída no contexto social e político desigual e atrasado. Não à toa, a interpretação do urbano, ou até da “periferia”, tornou-se hegemônica também no campo prático - dentro dos movimentos sociais e nas instituições. Nesse mesmo contexto, muitos dos teóricos aqui estudados passaram, inclusive, a ocupar posições em cargos públicos, levando suas formulações sobre a questão urbana para dentro das gestões em que estavam inseridos.

Logo o ciclo da luta pela redemocratização chegou ao fim e, com o fim da ditadura militar, parte dos acadêmicos que produziam formulações em torno do urbano, com agendas programáticas de transformação social, passaram a ocupar cargos em prefeituras progressistas, o que Maricato nomeia de “ciclo virtuoso”. As propostas inovadoras daquele momento, como a implementação do Orçamento Participativo, a Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS) e a Urbanização de Favelas, evidenciaram um protagonismo dos profissionais e militantes da política urbana no processo institucional. No entanto, ao mesmo tempo em que vitórias no marco regulatório e institucional eram obtidas, os movimentos de bairro e as reivindicações locais foram perdendo espaço na arena política. Junto a isso, o processo de desindustrialização brasileiro provocou enormes mudanças no que diz respeito à produção do espaço urbano. A partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo e da globalização, em um contexto de recessão econômica, e a perda do paradigma do crescimento econômico e do trabalho industrial como estruturantes, até então, das relações sociais fizeram com que as noções de “periferia” passassem a perder seu referencial analítico.

Ao mesmo tempo em que as produções acadêmicas em torno de “periferia” perderam espaço nos debates analíticos, esse “espaço” passou a ser preenchido por formulações dos próprios sujeitos inseridos nessas localidades. De acordo com as leituras feitas por Acauam Oliveira e Tiarajú D’andrea, o termo passou a significar, além das carências, também “potência”.

Assim, as análises que abordavam o termo e que eram produzidas privilegiadamente no âmbito da academia deram lugar para uma compreensão subjetiva do orgulho de ser periférico, narrada e construída pelos próprios habitantes das periferias, em especial por coletivos culturais. Os novos sentidos são um evidente legado das emergências sociais das décadas de 1970 e 1980, mas só se consolidaram como uma nova semântica no contexto de transformação política, econômica e social da década de 1990. Nesse período, o Brasil passava por um processo de avanço do neoliberalismo, com privatizações, desemprego recorde e aumento significativo da violência urbana. Em bairros de São Paulo, os índices de assassinatos eram equiparados aos de países em guerra civil. Num contrafluxo da desesperança e do medo, os coletivos culturais emergiram e se capilarizaram rapidamente pelos territórios até então marginalizados. Através de letras de música, os grupos remodelaram os estereótipos de pobreza, violência e subserviência que eram assimilados à “periferia”. Dentre as manifestações culturais, o grupo Racionais MC’s

ganhou destaque. A partir da crítica e denúncia da precariedade existente da periferia - reflexo dos discursos dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 -, os Racionais passaram também a apontar as potencialidades desses territórios, criando uma narrativa de orgulho e identidade.

Em D'andrea, as novas perspectivas deram base para a conceituação do “sujeito periférico”, que traz um conteúdo simbólico e objetivo das noções de pertencimento. A denominação remete a um processo de reconhecimento subjetivo do indivíduo em conjunto com as mudanças urbanas recentes, quando o sujeito torna-se não só conhecedor de sua condição, mas também propositor e “fazedor” de ações que objetivam mudar as condições de vida periférica.

Ao longo da pesquisa, buscamos compreender os sentidos desses discursos e como repercutiam nas reivindicações dos movimentos sociais analisados. Junto à bibliografia, os depoimentos coletados demonstraram que, para além das transformações em torno do termo “periferia”, o que estava inscrito nas mudanças do entendimento sobre o termo era a formulação de um projeto de transformação social radical, vinculado à ruptura do projeto de nação desenvolvimentista.

Assim, para Oliveira, o surgimento do rap brasileiro é entendido como uma “construção de identidade de ruptura, da afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação mestiça tal como concebida até então”. A falência do projeto desenvolvimentista e de seu discurso integrador, que nunca chegou a se completar na prática, repercutiu, para dentro dos movimentos sociais periféricos, na elaboração e emergência de saídas programáticas elaboradas pelas próprias periferias.

Ainda segundo Oliveira, a “integração” prometida pelo projeto desenvolvimentista teria voltado a ganhar visibilidade após os anos 2000, sobretudo após a implementação de políticas de diminuição da desigualdade durante os governos petistas. O acesso das classes de mais baixa renda, em especial de jovens negros moradores das periferias da Grande São Paulo, às universidades, ao poder público e aos mais diversos espaços que, até então, eram ocupados somente por setores mais privilegiados, teria desencadeado um descontentamento desses mesmos setores, uma vez que tal movimento foi visto como um ataque aos privilégios sociais instituídos até então. Descrevendo esse momento, Douglas Belchior, um dos entrevistados para essa pesquisa, relatou que a “máscara da democracia racial caiu por completo”.

Dessa forma, em sua conotação mais recente, “periferia” remete tanto ao fracasso do ciclo de formação nacional como a um compromisso com a vida dos sujeitos inseridos nos bairros mais pobres da metrópole, até então marginalizados e vítimas da violência da sociedade e também do Estado. O que os Racionais MC reivindicavam nas décadas de 1990, um projeto de transformação radical, feito pelos “próprios manos”, foi disputado no interior dos movimentos sociais periféricos ao longo do período analisado.

Nas entrevistas, encontramos reivindicações diversas, como aquelas em torno do acesso à equipamentos e serviços, da democratização dos espaços públicos, da segurança pública (contra a violência policial nos bairros pobres da metrópole) e de melhores condições de transporte público. As pautas identificadas remetem a um projeto de transformação que diz respeito ao conjunto da sociedade. Pudemos perceber assim que, ao contrário do que se imaginava no início da pesquisa, o termo “periferia”, em seu novo entendimento, não se limita a descrever uma parte do território (a saber, aquela parte carente de infraestrutura e também de serviços). Tampouco as reivindicações que mobiliza dizem respeito apenas a melhorias para essa parcela do território. O termo mobiliza um projeto de transformação que diz respeito à sociedade e ao urbano em sua totalidade, especialmente quando reivindica o direito à cidade.

Apesar disso, foi possível perceber que ainda não há uma reivindicação unificada quando se trata de identificar a periferia e o urbano em sua totalidade. Primeiro porque parte em dos discursos dos entrevistados, bem como nas formulações em torno do próprio conceito de “sujeito periférico”, elaborado por Tiarajú D'andrea, há uma separação da “periferia” em relação ao

conceito de classe trabalhadora. A elaboração da “classe trabalhadora” perde força quando os discursos produzidos identificam o aumento da informalidade do trabalho e do desemprego nas periferias. O “sujeito periférico” abarcaria, de acordo com D’andrea, essa nova compreensão de classe trabalhadora, visto que o mesmo elabora saídas de sobrevivência para além do mercado formal de trabalho. Aqui, o “projeto de transformação periférico” teria, paradoxalmente, se debruçado na parte, periferia, e não no todo, um projeto de nação.

De qualquer maneira, o que podemos levantar dessas ambiguidades volta é o que Marilena Chauí identificou como “conformismo e resistência”, conceito que Sader também recorreu para compreender e analisar os movimentos de 1970 e 1980. De acordo com Chauí a cultura popular é ambígua, pois sua composição não é consensual, mas composta por uma “consciência fragmentada”, que é “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar”. A cultura popular, quando alimentada pelas contradições do lulismo e do avanço do neoliberalismo, pode ter expressado contradições e confrontos mais evidentes entre os atores políticos periféricos e suas perspectivas sobre uma agenda de transformação social.

5. Conclusão

Ao longo do trabalho, buscamos levantar características dos movimentos sociais surgidos entre os anos 2000-2018 na Grande São Paulo. Quando iniciamos esta pesquisa, seguimos a tese de Ermínia Maricato, que relaciona o surgimento dos movimentos sociais depois da virada do século XXI à piora das condições de vida urbana recentes. Esses movimentos representam uma mudança, tanto do ponto de vista das pautas de reivindicações, quanto do processo de formação.

Os levantes que emergiram nesse período evidenciaram elementos de transformação no cotidiano urbano. As bandeiras levantadas nessas mobilizações traziam o direito à cidade como componente central, ou, ao menos, ao lado de outra causa. Além disso, os sujeitos que participaram dessas mobilizações nasceram e cresceram no contexto urbano, e isso incidiu nas condições de vida, sobretudo, no cotidiano das classes de baixa renda e na importância do urbano em suas reivindicações.

O cotidiano urbano é vivido de diversas formas para esses sujeitos e é constituído de inúmeros constrangimentos: experiências de violência policial, racismo, má qualidade dos transportes públicos e piora nas condições de trabalho são alguns dos diversos exemplos. A partir disso, identificamos que, apesar da diversidade de reivindicações surgidas, e das características múltiplas de organização em que os movimentos sociais recentes estavam inseridos, a pauta pelo “direito à cidade” foi capaz de unificar diferentes discursos em uma mesma arena política. Assim se deu, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013.

Embora as jornadas não tenham sido levantadas como um tema central nessa pesquisa, e mesmo considerando que essas mobilizações tenham culminado no golpe de 2016 e na derrota das forças progressistas nas eleições de 2018, era evidente, quando iniciamos nossas investigações, que algo “borbulhava” e trazia consigo reivindicações de um projeto que pensasse as cidades do Brasil.

Vimos que, através de políticas de diminuição de desigualdade no contexto nacional, foi inaugurado um ciclo de acesso à educação superior nas bases mais baixas da pirâmide social, bem como a implementação de políticas públicas voltadas à cultura, mas não se percebeu um vínculo entre esse acesso e a promoção de uma vida mais politizada dos jovens recém ingressos às universidades. Do ponto de vista urbano, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram vinculados a um projeto desenvolvimentista, que Paolo Colosso denomina de “desenvolvimentismo anti-urbano”. A

dispersão urbanística, definida pelo deslocamento de moradias para as áreas mais distantes da chamada cidade consolidada e pela ampliação do perímetro urbano, se agravou, piorando as condições de vida urbana da população mais marginalizada.

As cidades, então, passaram a ocupar um lugar de destaque nos discursos dos movimentos sociais. O descontentamento com as condições de vida urbana ficou evidente durante as jornadas de junho de 2013. A velha toupeira, que trabalhava no subsolo da história, nas palavras de Carlos Vainer, “promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios.” A questão urbana, sem dissolver a singularidades dos movimentos sociais, foi capaz de dar unidade a diferentes discursos, que se originaram em locais distintos, em uma mesma arena política. “É a questão urbana, estúpido”, contestou Maricato em artigo publicado em 2013 sobre as manifestações de junho.

Mas se, finalmente, passado quase 30 anos do processo de redemocratização, foi possível aglutinar reivindicações em torno de uma mesma bandeira, como as forças progressistas sofreram tamanho recuo com o golpe institucional em 2016, seguido pela derrota eleitoral em 2018? Nesse artigo não nos propusemos a responder a pergunta que parece assombrar os dias recentes. Mas se é possível apontar algum dos caminhos para a resposta, vale indicar a necessidade de retomar a luta pela Reforma Urbana. Tanto no que diz respeito à esquerda institucional, que parece não reconhecer os potenciais estragos do projeto “desenvolvimentista anti-urbano”, mesmo com a crise climática que vem arrefecendo todo o território nacional e global, quanto aos próprios movimentos sociais, que em parte, ou vem cometendo os mesmos equívocos de seus precursores nas décadas de 1970 e 1980 e priorizando a disputa institucional e regulatória, ou se detendo em reivindicações parciais, sem mirar um projeto totalizante. Para dentro ou fora da instituição, nos valeremos da urgência em reivindicar um projeto programático radical que passe pelas cidades.

6. Bibliografia

AMANCIO, Carina. **Territórios Insurgentes: quem são os novos atores?** 3º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, Belo Horizonte, 2020.

AMORE, C.; LEITÃO, L. **O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas.** In: *Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. Autonomia Literária, 2018
anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTUNES, Ricardo LC. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970.** Novos estudos CEBRAP, pp. 103-127, 2009.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce.; CASTRO, Ana. C. Veiga de. **Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990).** Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio, v. 1, n. 2, p. 13-35, 15 fev. 2021.

BENJAMIN, Walter, et al. **El narrador.** Ediciones/Metales Pesados, 2008.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo.** Publicações CID/Teologia, 1986.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979.

BONDUKI, Nabil Georgs. **Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra.** IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 1989.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho.** 1. ed. São Paulo: Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (PRODEUR), 1979, p. 130. Disponível em: <https://nabilbonduki.com.br/1979/01/01/periferias-ocupacao-do-espaco-e-reproducao-da-forca-de-trabalho-1979/>. Acesso 20 de março de 2022.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** Boitempo Editorial, 2015.

_____. **Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes.** In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **#BrequeDosApps: enfrentando o uberismo.** Blog da Boi Tempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em dezembro de 2021.

_____. **Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora.** Caderno crh, 2015, 28: 529-544.

CALDAS, Andrea; ARAÚJO, Luiz. **Na educação, avanços e limites.** *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.* Org, de Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Editora 34, São Paulo, 2000.

CAMARGO, Cândido; CARDOSO, Henrique; MAZZUCHELLI, Frederico; MOISÉS, José; KOWARICK, Lúcio; ALMEIDA, Maria Herminia; SINGER, Paul; BRANT, Vinícius. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza.** São Paulo: Loyola, 1976.

CARDOSO, R. C. L. **A trajetória dos movimentos sociais.** In: DAGNINO, E. (org.) *Os Castells, Manuel(org.). Imperialismo y urbanizacion en América Latina.* Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena.** Tese de doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. **Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business.** São Paulo: ed. Annablume, 2017.

COSTA, Henrique. **Sobrevivendo ao colapso: empreendedorismo, engajamento e gestão da precariedade na periferia de São Paulo.** In: *43º Encontro Anual da Anpocs*, 2019, Caxambu, MG. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos.** *Novos estudos CEBRAP*, 2020, 39: pp. 19-36.

DE OLIVEIRA, Acauam Silverio. **Racionais MC's como Acontecimento estético.** In: XXVII Congresso da Anppom-Campinas/SP. 2017.

DE SOUZA MARTINS, José. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** Unesp, 1992. *e violência.* São Paulo: Hucitec, 1996.

FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Humanitas, 2003, p. 312.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil.** Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

_____. **São Paulo: o mito da cidade-global.** São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho.** Projetos Editores Associados, 1982.

_____. **Reflexões para uma política na arquitetura (1969/70).** São Paulo: Revista Projeto, 1986.

FREderico, Celso. **Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos.** *Estudos Avançados*, 2013, 27: pp. 239-255.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GEORGES, Isabel; CABANES, Robert; DA SILVA TELLES, Vera. **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

GUIZZO, J. **Lula Entrevistas e Discursos**. In: *O repórter de Guarulhos*, São Paulo. 1981.

KEHL, Maria Rita. **Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo**. *São Paulo em perspectiva*, 1999, 13: 95-106.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

_____. **Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho**. In: HOGAN, Daniel. Cidade: usos e abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.

KOWARICK, Lúcio; DES NATIONS, Palais; WARNING, Scam. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. et al. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana**. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*, 2014.

_____. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Editora Alfa-Omega, 1979.

_____. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial São Paulo*, Alfa-omega, 1979, pp. 71-93.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Editora Vozes, 2001.

_____. **É a questão urbana, estúpido**. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

_____. **Formação e impasse da teoria do pensamento crítico sobre a cidade periférica**. In: *O impasse da política urbana no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2017.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados, 2003.

_____. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

_____. ; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvonne. **Cenários do Contraste.** *Uma incursão no interior da habitação popular paulistana.* Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2022/02/15/cenarios-do-contraste-uma-incursao-no-interior-da-habitacao-popular-paulistana/>. Acesso abril de 2022.

_____. ; ROYER, Luciana. **A política urbana e de habitação.** *Maringoni G, Medeiros J. Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.* São Paulo: Boitempo, 2017, 147-165.

MIOTO, Beatriz; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SÍGOLO, Leticia Moreira. **Expansão e desaceleração do mercado privado formal de moradia a partir dos anos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo.** *Cadernos Metrópole*, 2019, 21: 253-280.

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. **O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro.** Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

_____. **O evangelho marginal dos Racionais MC's.** *Racionais Mc's: Sobrevivendo no Inferno.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018
OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita.* Petrópolis : Vozes., 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista (1972).** OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003, 25-119.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

_____. **Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes.** *Arte e Pensamento IMS*, 2003. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/dialogo-na-nova-tradicao-celso-furtado-e-florestan-fernandes/> Acesso 20 març 2020.

_____. **O Estado e o Urbano no Brasil.** 1978. mimeo.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas.** In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.* São Paulo: Boitempo, 2010, 21-27.

PASTERNAK, Suzana. **São Paulo: transformações na ordem urbana.** Letra Capital Editora LTDA, 2015.

POCHMANN, Marcio: **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** Boitempo, 2012.

RIZEK, Cibele Saliba. **Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo.** In: SINGER, A. Loureiro, I. *As contradições do lulismo : a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco. **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma.** EDUFBA, 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** Boitempo editorial, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2 ed., 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** Editora 34, 2000.

_____. **Cultura e política, 1964-1969.** In.: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 63.

_____. **Nacional por subtração.** *Que horas são*, 1987, 1: 29-48.

SERRAO, Rafael S; DIAS, João Marcus P. **A Metrópole de São Paulo na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho.** In: *São Paulo: transformações na ordem urbana. Bógus e Pasternak (org).* Letra Capital. São Paulo, 2015.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet.** Penguin, 1998.

SHIMBO, L et. al(org). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SÍGOLO, Letícia Moreira. **O boom imobiliário na metrópole paulistana: o avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial.** São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

SINGER, André. **A ideia de lulismo.** In: *Cinco mil dias: o Brasil na Era do Lulismo.* São Paulo: ed. Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)** 1. Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

_____. **Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo.** In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (orgs.). *Classes? Que classes?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Fundação Friedrich Ebert, 2014.

_____. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo.** Novos estudos CEBRAP, p. 83-102, 2009.

_____. ; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SINGER, Paul. **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da revolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre. Belo Horizonte e Recife.** Biblioteca universitária 2.-Ciências Sociais; 22, 1974.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis.** *Cadernos Metrópole*, 2018, 20: 75-98.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Telles, V. **Mutações do trabalho e experiência urbana.** *Tempo social*, n.18, v.1, 2006, pp. 173-195.

TRINDADE, Thiago Aparecido, et al. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática = o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

VAINER, C. et al. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual.** In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. Anais do XV ENAnpur. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em:<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>>.* Acesso em: 13 jan. 2020

_____. **Quando a cidade vai às ruas.** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro.** Ciências Sociais Hoje Mov Sociais Urbanos Minorias Étnicas Outros Estudos, 1983.

VAREJÃO, Luana; RAFAEL, Rodrigo, ARARIPE, Vitor. **A disputa entre o Novo Recife e o Recife que queremos: a trajetória do conflito pelo Cais José Estelita.** In: Oliveira, Fabrício Leal de Oliveira et al. Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. (Ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. **Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora.** In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio nobel, 1998.

Filmes Podcasts

20 Minutos com Breno Altman: *RUY BRAGA: QUAL O FUTURO DO TRABALHO?* Entrevistado: Ruy Braga. Entrevistador: Breno Altman [S/I]: Opera Mundi, 14 out. 2021. Podcast. Disponível em:

https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9mZWVkcyc50cmFuc2lzdG9yLmZtLzlwLW1pbmV0b3MtY29tLWJyZW5vLWFsdG1hbg/episode/YzhjNzk0NzEtNjZmOS00ZDI5LTgzZWUtY2I2NmZhY2I2ZmM3?hl=pt-PT&ved=2ahUKEwifqODax_j4AhVYCbkGHVrHB0QQjrkEegQIAhAL&ep=6. Acesso em dezembro de 2021.

BRCIDADES: *A Luta pela Educação e as Juventudes nas Cidades.* Entrevistado: Renato Almeida. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 13 ago 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/348fHeAaLtdoVhmg3ELa9a?si=AZE1XoznQc-Y3tFKMxR0OQ>

_____.: *A Questão Ambiental Entre a Amazônia e a Periferia de São Paulo.*

Entrevistado: Jaison Lara. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 27 ago 2019.

Podcast. Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/2qgXSqbPy8NwJqNDVZY9g2?si=oxPZ_0G3QSCCM0dZrBGhRA

_____. *Ajuste Fiscal e o Impacto nas Cidades.* Entrevistada: Valéria Motta.

Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 30 jul 2019. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/5O9ii5EkzBHK9n9ftobLYR>

_____.: *Desigualdades no Território.* Entrevistado: Douglas Belchior.

Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 2 jun 2019. Podcast. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/7iEaME9YhLxEhiiHoLDb0n>

_____.: *Dia da consciência negra.* Entrevistada: Elaine Mineiro. Entrevistador:

Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 26 nov 2019. Podcast. Disponível

em: <https://open.spotify.com/episode/31bF2J2By8T9b8vbHAqnAx?si=hjusLNBwSa-r5HqBUhqAAQ>

_____.: *PERMACULTURA URBANA — A experiência do Coletivo Eparreh e o verde nas periferias*. Entrevistado: Lucas Ciola. Entrevistador: Vitor Santos: Valete de Copas [S/I], 29 out 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0DQ6EiJ2wnc418TaUopsdD?si=8FGIYtaZRleMUmzhnNIHiQ>

FIM de semana. Direção: Renato Tapajós. Produção: Erminia Maricato. São Paulo, 1976. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso março 2022.

TERRA em transe. Direção: Gláuber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967 [produção]. 1 filme (105 min), 35 mm, p&b.

Reportagens, documentos e notícias consultadas

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. **Sistema de Informações da mobilidade**. [S/I]. ANTP, 2018. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-damobilidade/apresentacao.html>. Acesso mar 2020.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Entrevista com Otilia Beatriz Fiori Arantes**. Rapsódia, 2002, 2: 221-264.

ARANTES, Paulo. **O futuro que passou**. Entrevistador: Ivan Marsiglia. Blog da Boitempo [S/I], 17 jun 20213. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/27/o-futuro-que-passou/>. Acesso: 03 set de 2021.

ASSESSORIA de Imprensa da FFLCH. **Ascensão do rap nos anos 90 mostrou contrastes na música popular brasileira**. Jornal Usp, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ascensao-do-rap-nos-anos-90-mostrou-contrastos-na-musica-popular-brasileira/>. Acesso jul 2022.

BRAGA, RUY. **As Faces Ignoradas do Uberismo**. Outras Palavras, abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4moDtxDI4I> . Acesso em dezembro de 2021.

CAPUTO, Gabriela. **Análise da “dependência brasileira” de FHC é tema de seminário na USP**. Vermelho, 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/06/08/analise-da-dependencia-brasileira-de-fhc-e-tema-de-seminario-na-usp/>. Acesso jun 2022.

CESAR, Pedro; Leão, Victor. **A história de luta do Estádio 1º de Maio**. [S/I]. Jornal A Verdade. Disponível em: <https://averdade.org.br/2018/05/a-historia-de-luta-do-estadio-1o-de-maio/>. Acesso jun 2022.

FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. **Linha do Tempo**. Site Fórum de Cultura da Zona Leste. Disponível em: <http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/>. Acesso jul 2022.

HARVEY, David. David Harvey: **A crise da urbanização planetária**. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>. Acesso març 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em dezembro de 2021.

LACOMBE, Milly. **GALO: NADA NO MUNDO FOI CONSTRUÍDO POR UM PATRÃO**. Revista Trip, abril de 2021. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/galo-nada-no-mundo-foi-construido-por-um-patrao>. Acesso em dezembro de 2021.

MARICATO, Erminia. **É a questão urbana, estúpido**. Le Monde Diplomatique, São Paulo, ed. 73, ago. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: abr. 2022.

_____. **Ermínia Maricato: aos sem-teto, a lei**. Blog Outras Palavras. Movimentos e Rebeldias, Julho de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/erminia-maricato-aos-sem-teto-a-lei/>. Acesso em 20 de junho de 2022.

_____; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvonne. **Cenários do Contraste. Uma incursão no interior da habitação popular paulistana**. Disponível em: <https://erminiamaricato.net/2022/02/15/cenarios-do-contraste-uma-incursao-no-interior-da-habitacao-popular-paulistana/>. Acesso abril de 2022.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **A GRANDE GREVE DOS TRABALHADORES DO ABC**. [S/I]. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>. Acesso jun 2022.

_____. **CÃES E BOMBAS REPRIMEM MOVIMENTO POPULAR**. [S/I]. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/caes-e-bombas-reprimem-movimento-popular#card-189>. Acesso jun 2022.

MOBILIZE BRASIL. **Cinco capitais têm aumento nas tarifas de ônibus em 2014**. [S/I, 10 abr 2014. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/6197/cinco-capitais-tem-aumento-nas-tarifas-de-onibus-em-2014.html>. Acesso mar 2020.

NASCIMENTO, Vanessa. **UNEAFFRO BRASIL REÚNE MIL JOVENS EM COMEMORAÇÃO DE 10 ANOS NA USP**. Site UNEAFRO Brasil, 2019. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/uneafro-brasil-reune-mil-jovens-em-comemoracao-de-10-anos-na-usp/>. Acesso jul 2022.

NEIVA, Leonardo. **“O pedido vem e a gente nem sabe o que é. Aceita porque está desesperado para sobreviver”**. Revista Gama. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo/>. Acesso em dezembro de 2021.

PARKIN, Brooke. Site Rio On Watch. **Protesto Contra Remoções na Vila Autódromo Bloqueia as Obras do Parque Olímpico** [SLIDESHOW]. Rio On Watch, 2015. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=13906>. Acesso jun 2022.

PAUL SINGER. **Biografia Intelectual**. PAUL SINGER. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/biografia/>. Acesso març 2022.

PERIFERIA em Movimento. **Por que o Movimento Cultural das Periferias rachou com a Secretaria de Cultura de São Paulo?** Periferia em Movimento, 2019. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/por-que-o-movimento-cultural-das-periferias-rachou-com-a-secretaria-de-cultura-de-sao-paulo/>. Acesso jul 2022.

RANGEL, Sérgio; VETORAZZO, Lucas. **Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-comicio-no-rio-mano-brown-critica-pt-e-e-defendido-por-chico-e-caetano.shtml>. Folha de SP. Acesso: 23 out 2018.

SOARES, Rafaela. **Beneficiários de moradia popular em Anápolis querem receber chaves para mudança**. Site Portal 6, 2016. Disponível em: <https://portal6.com.br/2016/12/13/beneficiarios-de-moradia-popular-em-anapolis-querem-receber-chaves-para-mudanca/>. Acesso jun 2022.

TEPERMAN, Ricardo. **Do rap ao rap: Emicida de 2015 não é o Racionais de 1990... nem o Brasil**. Jornal Nexo, 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2015/11/13/Do-rap-ao-rap-Emicida-de-2015-n%C3%A3o-%C3%A9-o-Racionais-de-1990...-nem-o-Brasil>. Acesso maio 2022.

THE ECONOMIST. **Brazil takes off**. The Economist, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>. Acesso jun 2022.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ZAIDAN, Wilson. **Milton Santos e o mundo global visto do lado de cá**. Isso Compensa. Disponível em: <http://issocompensa.com/academia/milton-santos>. Acesso maio 2022.

¹ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 2016, 8.1: 187-266.

² SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Penguin, 1998.

³ SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. Boitempo editorial, 2015.

⁴ VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

⁵ A rede BrCidades, formada em 2017, surgiu como resposta a um convite feito pela Frente Brasil Popular para as professoras Ermínia Maricato e Karina Leitão, com o objetivo de auxiliar na elaboração de um projeto para as cidades brasileiras como parte integrante de um projeto para o Brasil. Rapidamente, poucos meses após o lançamento do manifesto “BrCidades - um projeto para as cidades do Brasil”, em maio de 2017, durante o XVII ENANPUR, em São Paulo, a rede ganhou adesão de vários estados da Federação. Como avalia Maricato, isso parece ter ocorrido devido ao poder de aglutinação das lutas em torno do direito à cidade. Também a construção rápida e massiva da rede alimentava meu objeto de pesquisa: algo estava acontecendo em torno das mobilizações sociais e eu buscava compreender o que era. Assim, pouco a pouco fui buscando vincular meu trabalho externo à universidade com uma pesquisa de campo na periferia da RMSP.

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷ Importante ressaltar que pude amadurecer as concepções teóricas em torno das categorizações de quais movimentos são “novos” ou “antigos”. exploradas em diversos trabalhos desde Eder Sader, através de Feltran, cuja contribuição foi aproveitada em todo o trabalho. Ver mais em: FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 312.

⁸ Em 1940, a população urbana brasileira era de apenas 26,34%; já em 1980, apenas quatro décadas depois, passou a ser de 68,86%. Em apenas 10 anos, de 1970 a 1980, o número de cidades com mais de um milhão de habitantes dobrou. Esse crescimento foi marcado pela formação de bairros periféricos, caracterizados pela autoconstrução de moradia, pelos índices de doenças infecciosas e respiratórias e pela precariedade urbana. São marcas da denominada “industrialização com baixos salários”. MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência*. *Capital & Class*, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

⁹ A deterioração dos padrões de vida urbanos e os conflitos sociais foram abordados extensamente no livro KOWARICK, Lúcio; DES NATIONS, Palais; WARNING, Scam. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 142.

¹¹ Gabriel Feltran reconstitui a confusão e o antagonismo existente entre privado e político nos discursos dos sujeitos inseridos nas lutas sociais. Ver: FELTRAN, Gabriel de Santis, et al. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2003.

¹² Ainda que neste texto eu recupere o conceito de Sader de “matriz discursiva”, outras bibliografias recentes utilizam o termo “narrativa” para descrever tal conceito. Este último é fundamentado em *Ibidem*, cuja descrição perpassa pelas formas de reconstituir o passado e presente dos padrões de vida dos próprios sujeitos. Além disso, a concepção de narrativa também é vista em BENJAMIN, Walter, et al. *El narrador*. Ediciones/Metales Pesados, 2008, tendo relação direta com a *experiência*. O conceito, de acordo com Benjamin, carrega um significado histórico-sociológico, cuja crise da modernidade levou à dificuldade da percepção da experiência coletiva. Ainda assim, o autor deixa em aberto a possibilidade de uma nova revalorização da *narrativa* em tempos adversos.

¹³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 19.

¹⁴ RANGEL, Sérgio; VETORAZZO, Lucas. Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-comicio-no-rio-mano-brown-critica-pt-e-e-defendido-por-chico-e-caetano.shtml>. Folha de SP. Acesso: 23 out 2018.

¹⁵ Francisco de Oliveira apontou o desaparecimento dos movimentos sociais na agenda política quando, já no primeiro mandato, o ex-presidente Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas, bem como inseriu outros sindicalistas à frente dos fundos de pensão estatais. Ver mais em: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. In: *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, 21-27; DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015.

Mais recentemente o cientista político André Singer ainda utilizou o termo “arbitragem de cima”

para explicar o afastamento das bases historicamente orgânicas do Partido dos Trabalhadores. Em SINGER, A. “A ideia de lulismo”. Em: *Cinco mil dias: o Brasil na Era do Lulismo*. São Paulo: ed. Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017, p. 26.

¹⁶ RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

¹⁷ Termo cunhado por André Singer. Ver mais em: SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

¹⁸ SINGER, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos estudos CEBRAP, p. 83-102, 2009. p. 84.

¹⁹ O clima de descontentamento teve seu ápice no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, que ao procurar acelerar o *lulismo* e alinhar uma política de modernização emancipatória com o desenvolvimentismo, criou barreiras com antigos aliados do governo Lula.; Dilma, ao buscar saídas para a crise financeira mundial, tentou retomar a intervenção sistemática do Estado na economia. A iniciativa da ex-presidente foi de “cutucar as onças com varas curtas”: pressionou instituições privadas a reduzir seus lucros, com a mudança nas regras da poupança e suporte dos bancos públicos. No entanto, logo em seguida o Banco Central (BC) voltou a aumentar a taxa Selic, devolvendo ao mercado financeiro o controle da política econômica. Os avanços e recuos, somados às pressões políticas sociais e midiáticas, acabaram desembocando no impeachment de Rousseff em 2016. Ver mais em: SINGER, André. *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)* 1. Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.

²⁰ A denominação “classe trabalhadora” é entendida aqui num sentido amplo, incluindo os formais, informais e terceirizados.

²¹ MARICATO, Erminia; ROYER, Luciana. *A política urbana e de habitação*. Maringoni G, Medeiros J. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, 147-165, p. 156.

²² POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

²³ DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Boitempo editorial, 2015.

²⁴ Ver MARICATO, E.; ROYER, L. *A política urbana e de habitação*. In.; *Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153.

²⁵ Ibidem, p. 156.

²⁶ Em 2004, o governo federal executou mudanças legais para facilitar as ações do mercado de crédito para compra de habitação no mercado formal. O Projeto Moradia (2000) já apontava a restrição da oferta habitacional pelo mercado imobiliário - nem a classe média conseguia acessar as poucas unidades habitacionais produzidas, ou condições favoráveis de crédito. Com isso, a partir de 2005, as contratações com recursos do SBPE e do FGTS atingiram um ápice que ficou conhecido como o boom imobiliário do governo Lula.” Ver mais em: Ibidem. P. 153.

²⁷ Idem Ib., p. 156.

²⁸. AMORE, C.; LEITÃO, L. *O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas*. In: *Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. Autonomia Literária, 2018, p. 219.

²⁹. Idem Ib, p.. 221.

³⁰ Ibidem, p. 229.

³¹ Dados coletados do SISHAB. Disponível em <http://sishab.cidades.gov.br/>. Acesso dia 19 de Novembro de 2019.

³² SHIMBO, L et. al(org). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

³³ Dados retirados de COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017.

³⁴ COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. 2019. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

³⁵ Em 2003, o número de automóveis em 12 metrópoles brasileiras era de 23,7 milhões. Em 2013, passou para 45,4 milhões, ou seja, o número quase dobrou. Todos os dados podem ser vistos no Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP. Disponível em: <http://www.antp.org.br/sistema-de-informacoes-damobilidade/apresentacao.html>

³⁶ Em 2007 o Rio de Janeiro sediou os Jogos Pan Americanos, em 2011 os Jogos Militantes, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e dois anos depois as Olimpíadas. Veja mais em VAINER, C. et al. *O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual*. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. Anais do XV ENAnpur*. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em:

<<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316/4186>>. Acesso em: 13 jan. 2020

³⁷ Id. , ibidem.

³⁸ MARICATO, E.; ROYER, L. *A política urbana e de habitação. In.; Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 156.

³⁹ A luta pela Reforma Urbana teve seu início com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) realizado em 1963. Com o golpe militar, em 1964, teve a agenda interrompida, mas em meados da década de 1980 retornou à cena política dentre os mais diversos campos da luta pela redemocratização. O Movimento Social da Reforma Urbana reunia diversos atores em busca de um projeto progressista para o país: movimentos sociais, estudantes, pesquisadores, entidades profissionais e sindicatos. Esse movimento chegou a conquistar importantes marcos institucionais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades (2003).

⁴⁰ POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

⁴¹ POCHMANN comparou o crescimento da participação dos salários na renda nacional com o peso relativo da propriedade. “Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Com isso, a repartição da renda nacional entre rendas do trabalho e da propriedade de 2010 voltou a ser praticamente igual àquele observado em 1995, início da estabilização monetária”. Ibidem, p. 10.

⁴² POCHMANN, Marcio: *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.

⁴³ Dados e análises resgatados de Márcio Pochmann. Idem ib, p.19.

⁴⁴ Ibidem ib.

⁴⁵ A forte expansão do conjunto de ocupações de salários de base se deu através do setor terciário, da construção civil e da indústria extrativa. Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, cerca de 2 milhões estavam na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal. Ibidem ib, p. 22.

⁴⁶ MARICATO, E. *Para entender a Crise Urbana*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2015.

⁴⁷ POCHMANN, Marcio: Idem ib.

⁴⁸ A ampliação de recursos para o ensino básico se deu sobretudo por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). O acesso ao ensino superior privado, que até 2017 representa 75% das matrículas e o destino da maior parte dos recursos, deu-se via incentivos fiscais às empresas de educação e bolsas parciais e totais, com os programas Pronuni e Pronatec. Andrea Caldas e Luiz Araújo fazem o balanço dessa “forma híbrida de expansão” do ensino em “Na educação, avanços e limites”. In: *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Fundação Lauro Campos/ Boitempo, 2017.

⁴⁹ VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013.

⁵⁰ BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. *Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora*. Caderno crh, 2015, 28: 529-544.

⁵¹ De acordo com Singer, as mobilizações de junho de 2013 foram exemplo da inquietação da juventude trabalhadora, nas ruas estavam jovens, universitários, com empregos de baixa remuneração. SINGER, André. *Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo*. In: *FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (orgs.). Classes? Que classes?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Fundação Friedrich Ebert, 2014.

⁵² BRAGA, Ruy. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 75.

⁵³ Braga também reconstitui obra de Francisco de Oliveira, que aponta o problema da “dominação do atrasado sobre o moderno na semiperiferia do sistema”. OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis : Vozes., 1988.

⁵⁴ BRAGA, Ruy. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 76.

⁵⁵ A taxa de desemprego aberto foi de 3% para 9,6%. Ibidem, P. 60.

⁵⁶ Ibidem, p. 61.

⁵⁷ Ibidem, p. 129.